

## **AGENDA SIMBÓLICA NO INSTAGRAM:**

A estratégia do Ministério da Mulher para questões de gênero

**Mariele Troiano<sup>1</sup>**

**Rebeca Jasmine Isidório Bueno<sup>2</sup>**

**Resumo:** A proposta deste artigo é analisar, mediante a ótica da agenda de políticas públicas, o conteúdo dos discursos oficiais divulgados durante o ano de 2023 no perfil oficial do Ministério das Mulheres no Instagram. Como objetivo específico, o estudo de caso de caráter exploratório busca examinar os discursos da ministra Aparecida Gonçalves a partir dos códigos disponíveis pelo *Brazilian Policy Agendas Project* (BPAP), a fim de avaliar a mobilização de uma agenda simbólica de políticas públicas. Compreende-se como “agenda simbólica” a articulação de questões orais, visando impulsionar a atenção para questões específicas. A partir das 548 publicações e dos 86 discursos oficiais transcritos, a análise dos dados sugere que momentos de mudanças institucionais, como o início de um novo governo e a redefinição do Ministério da Mulher, favorecem a produção de agendas simbólicas, estimulando temas polêmicos e sensíveis à sociedade. Assim, o espaço institucional do Ministério da Mulher representa, sobretudo, no primeiro ano do terceiro governo Lula, um termômetro para algumas proposições que, em um passado recente, foram apartadas do debate público e negligenciadas enquanto direitos.

**Palavras-chave:** Agenda Simbólica; Políticas de Gênero; Redes Sociais; Ministério das Mulheres.

## **SYMBOLIC AGENDA ON INSTAGRAM:**

The Ministry of Women’s strategy for gender issues

**Abstract:** The article aims to analyze the content of official speeches released on the Ministry of Women’s official Instagram profile throughout 2023, through the lens of the public policy agenda. As a specific objective, the exploratory case study seeks to examine Minister Aparecida Gonçalves’s speeches based on the codes available by the *Brazilian Policy Agendas Project* (BPAP) to evaluate the mobilization of a symbolic public policy agenda. A “symbolic agenda” refers to the formulation of oral questions designed to draw attention to specific issues. An analysis of 548 publications and 86 transcribed official speeches shows that periods of institutional change, such as the start of a new government and the re-establishment of the Ministry of Women, promote the creation of symbolic agendas, encouraging the discussion of controversial and sensitive themes

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente no Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). E-mail: troianomariele@id.uff.br

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF); Minor em Desafios Globales/Global challenges; Bolsista Faperj. E-mail: rjasmine@id.uff.br.

in society. Thus, the institutional role of the Ministry of Women serves primarily, in the first year of Lula's third administration, serves as a measure for several proposals that had previously been excluded from public discussion and overlooked as rights.

**Key-words:** Symbolic Agenda; Gender Policies; Social Media; Ministry of Women.

## 1 INTRODUÇÃO

No dia 14 de agosto de 2023, a manchete do jornal A Folha de S. Paulo anunciava a ampliação dos usos de redes sociais no terceiro mandato do presidente Lula (Seabra; Vargas, 2023). A notícia trazia a informação de um possível investimento de 200 milhões em contratação de empresas para administrar as redes tanto do Palácio do Planalto quanto dos ministérios. Essa informação pode sinalizar a preocupação da atual gestão em ampliar as formas de interação digital entre o governo e a sociedade civil, não só visando ampliar a participação, o controle social e a transparência, mas também a proposta de uma ferramenta que objetiva o impulsionamento de conteúdo e o impacto de decisões políticas nas redes sociais. A estratégia de pensar o território das mídias sociais como ambiente que auxilia na formulação de uma agenda de políticas públicas não é inovadora no campo da opinião pública, pois foi, inclusive, largamente utilizada em governos anteriores (Ituassu *et al.*, 2023).

Conforme John Kingdon (2003), a reunião dos temas pelos quais um governo está diretamente interessado pode ser subdividida, para termos analíticos, em duas frentes: os que compõem a agenda decisória e os que fazem parte de uma agenda de políticas. Para esse autor, os temas que despertam interesse dos formuladores de políticas públicas estruturam as agendas decisórias dos governos e, geralmente, estão em constantes disputas entre parlamentares, grupos de interesse e empresários. A agenda de políticas, por sua vez, envolve questões que antecedem a definição da agenda, por isso possuem custos institucionais baixos e não estão em uma condição de disputa (Capella; Brasil, 2022). Esses últimos temas são responsáveis por apontarem o direcionamento do governo ou, minimamente, um interesse majoritário dentro dele, servindo como uma espécie de termômetro para a própria trajetória do ciclo de políticas públicas.

Bonafont; Baumgartner; Palau (2015), em recente estudo realizado na Espanha, revelaram diferenças nas questões tratadas entre as agendas, apresentando o conceito de “agenda simbólica”. As agendas simbólicas são parte da agenda de políticas, mas possuem a motivação específica de provocar a construção de uma problematização que ainda não é considerada prioridade para grande parte da sociedade (Capella; Brasil, 2022, p. 12). Essa definição representou um avanço na literatura, permitindo a

interpretação de que agendas de políticas são formadas de temas heterogêneos e polêmicos na sociedade; e de que o estímulo para a produção de um consenso é parte importante para a sua viabilidade *a posteriori*. É neste ínterim que a agenda simbólica é produzida pelos diferentes atores políticos ao abordarem os mais diversos temas. Por isso, a agenda simbólica é mais ampla e diversa quando comparada a uma agenda decisória.

A possibilidade de articular uma agenda simbólica em torno das questões de gênero pode ser mais evidente em um governo de mudança, a exemplo do terceiro governo Lula. Para a compreensão de mudança, devemos considerar a redefinição do Ministério da Mulher em detrimento de retratações no que diz respeito à presença das questões de gênero na agenda política, cortes orçamentários e poder de veto sobre políticas igualitárias nos últimos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro (Biroli; Tatagiba; Quintela, 2024; Tokarski *et al.*, 2023).

Além disso, interpretações sobre práticas políticas devem considerar os meios de comunicação como fatores de influência (Miguel, 2002). Na sociedade contemporânea, o desenvolvimento da tecnologia e o *boom* das redes sociais trouxeram, em curto período, importantes mudanças no ambiente político, permitindo novos mecanismos de interação entre atores e formas de produção de agendas (Penteado; Fortunato, 2015).

Em estudo recente, as autoras Vidal; Souza (2022) analisaram 2.866 comentários emitidos entre 2018 e 2020 em 24 postagens feitas pelas deputadas Gleisi Hoffmann e Joice Hasselmann no Twitter. Essas autoras concluíram que a maioria dos comentários e interações envolveu temáticas de gênero em discursos de ódio. Os comentários eram compostos por ofensas que relacionavam aspectos físicos e sexualidade, mesmo quando a postagem não tratava da temática de gênero. Dessa forma, a conclusão das autoras nos leva a refletir não só sobre as condições reais do ambiente virtual na ampliação do espaço dialógico e interativo, mas também sobre em quais circunstâncias as temáticas de gênero são postas em discussão nas redes sociais.

Em outro trabalho, Matos, Dourado; Mesquita (2017) analisaram as postagens do perfil de Dilma Rousseff (@dilmabr) no Twitter, publicadas durante o período que compreendeu o *impeachment*. A análise de conteúdo desses autores permitiu interpretar os perfis de redes sociais como meios de comunicação política e responsividade, além de interpretá-los como *locus* de exposição de uma agenda de

políticas fortemente demarcada pelo aspecto ideológico encontrado nas mensagens veiculadas por Dilma.

Há outras evidências empíricas que muito contribuem com esta proposta de trabalho. A pesquisa do perfil do Ministério da Saúde (Cordeiro *et al.*, 2020) nas interações a partir das publicações sobre a Covid-19, bem como o estudo da comunicação organizacional do perfil da Universidade Federal de Goiás (Costa; Stasiak; Basile, 2021) demonstram que instituições também se apropriam de ferramentas tecnológicas em práticas políticas.

Embora já exista uma literatura consolidada que analise a influência da tecnologia para a prática política no âmbito da transparência, comunicação política e responsividade (Silveira, 2019), as atualizações recorrentes das funções das redes sociais expõem uma agenda de pesquisa ainda a ser explorada, tal como a sua influência na produção de políticas públicas. Com esse objetivo, a proposta deste artigo é avaliar o conteúdo dos discursos oficiais da ministra Aparecida Gonçalves publicados durante o ano de 2023 no perfil oficial do Ministério das Mulheres no Instagram, por meio da ótica da agenda de políticas públicas. Como objetivo específico, o estudo de caso de caráter exploratório busca examinar o conteúdo postado no perfil do ministério a partir dos códigos disponíveis pelo *Brazilian Policy Agendas Project* (BPAP), a fim de avaliar a mobilização de uma agenda simbólica de políticas públicas.

Foram analisadas todas as postagens realizadas durante o primeiro ano de atuação do Ministério das Mulheres, em 2023, totalizando 548 publicações. A partir disso, foram selecionadas as postagens que possuíam discursos oficiais da ministra Aparecida Gonçalves, nos formatos de textos com citações ou audiovisuais em que ela estivesse se pronunciando como interlocutora. As demais postagens foram descartadas porque tratavam de informações que não se vinculavam diretamente à imagem da ministra, ou seja, não havia registros de falas de Cida Gonçalves. Assim, o banco de dados contém 86 transcrições de postagens.

A garantia ministerial no terceiro governo Lula pode caracterizar um momento de fomento a agendas simbólicas, por vincular temas diversos e inovadores à agenda de políticas. Desta forma, o Ministério da Mulher pode ter representado, sobretudo, neste primeiro ano de mandato, um termômetro para algumas proposições que

vinculam questões de gênero. Tais proposições, em um passado recente, foram retiradas do debate público e negligenciadas enquanto direitos.

O presente artigo surge, portanto, como um passo inicial em direção a uma agenda de pesquisa mais abrangente sobre a necessidade da construção de um projeto político de gênero que visa à superação das desigualdades, à definição dos temas que circulam nas redes sociais e aos descartes e apropriações desses temas pela política.

## **2 O NOVO DE NOVO OU QUANTAS VEZES MAIS? QUESTÃO DE GÊNERO E A POLÍTICA INSTITUCIONAL**

A questão de gênero na política institucional brasileira é marcada por uma trajetória de avanços e retrocessos (Biroli, 2018). A trajetória de avanços, especificamente, está diretamente relacionada à composição partidária e às coalizões dos governos progressistas que, conforme a literatura aponta, são considerados mais inclinados à implantação de políticas para as mulheres (Stetson; Mazur, 1995). Assim, a atual institucionalização do Ministério das Mulheres representa o encontro de um acerto de contas com o passado, o desafio de um governo no tempo presente e um apontamento de uma fecunda agenda futura que objetiva a sua continuação.

A história institucional do Ministério das Mulheres remete bastante ao surgimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985. Em seu primeiro artigo, a criação do Conselho sugeria a promoção de políticas de combate à discriminação da mulher, assegurando condições de igualdade e participação nas atividades políticas e econômicas do país. Desse período, é importante ressaltar os movimentos de mulheres, que encontraram no processo constituinte de 1987-88 uma aproximação da sociedade civil com o governo federal, além de uma oportunidade para solicitar a criação de uma agência governamental dedicada aos assuntos relativos aos direitos das mulheres (Ribas, 2019). O seu surgimento é caracterizado por um robusto potencial de crescimento no que se refere aos recursos e orçamentos, mas que logo é reduzido durante o governo de Fernando Collor.

Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) não representaram incrementos políticos aos mecanismos institucionais para políticas de gênero. Os avanços nesse período se deram na ordem de atualizações como a mudança do Código Civil e a criação do Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a

Mulher dentro do escopo do I Programa Nacional de Direitos Humanos. Houve iniciativas importantes, mas ainda consideradas parte de políticas maiores como a medida cautelar para violência doméstica e até mesmo a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM) ligada ao Ministério da Justiça.

Diferentemente dos governos anteriores, Luís Inácio Lula da Silva já trazia em seus manifestos eleitorais a necessidade de um espaço institucional autônomo com orçamento e poder de decisão para o tratamento das questões de gênero (Caldas, 2022). Desde os primeiros meses de governo, em 2003, ele transformou a SEDIM em Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e, logo em seguida, o Conselho também passou a integrá-la, aproximando o debate político da sociedade civil. Embora sem autonomia, esse movimento colocava institucionalmente a temática em outro patamar, abrindo a possibilidade da SPM de articular diretamente com outros ministérios e agências estatais e, então, construir políticas de gênero considerando sua transversalidade. De todo modo, tratava-se ainda de uma secretaria com funções de auxílio ao desenvolvimento de políticas públicas.

Franceschet (2011) apresenta o fato de que muitos mecanismos institucionais referentes a democracias em consolidação, como as do Chile e da Argentina, são instituídos por decretos advindos de prerrogativas do Executivo, tornando as decisões mais vulneráveis à reorganização do Estado e, muitas vezes, sinalizando a dificuldade de uma discussão via poder legislativo. Não diferente, as políticas que versaram sobre espaços institucionais para discussão de gênero no Brasil demonstraram grande dependência de uma agenda do Executivo. Uma situação exemplar é a medida provisória n.º 483 de 24 de março de 2010 que em seguida foi transformada na Lei n.º 12.314 de 19 de agosto de 2010, estabelecendo *status* de ministério à Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Durante o governo de Dilma Rousseff, a Secretaria foi incorporada ao então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), unindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Embora seja possível perceber uma tentativa de avanço na agenda institucional (ao acrescentar o combate à misoginia e o debate sobre direitos reprodutivos advindos, sobretudo, de uma efervescência dos movimentos feministas nesse período), o perfil conservador do

Congresso Nacional impediu avanços institucionais mais significativos naquele momento. Para Tokarski *et al.* (2023, p.13), a "nova institucionalidade pode ser interpretada como um claro aceno de que tais temáticas estavam perdendo espaço político na agenda do governo".

Em maio de 2016, o presidente interino Michel Temer extinguiu o MMIRDH e atribuiu suas funções ao Ministério da Justiça, que passou a se chamar oficialmente Ministério da Justiça e Cidadania. Institucionalmente, isso significou a continuidade de um processo de desinstitucionalização de políticas para as mulheres por meio da ruptura de parcerias e encaminhamentos anteriores (Tokarski *et al.*, 2023). Em 2019, o então presidente Jair Bolsonaro criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tendo como primeira-ministra a senadora Damares Alves e, posteriormente, Cristiane Britto. Se em um primeiro momento a criação de um ministério partilhado com outras pastas e a nomeação de uma senadora sobressaíram como inovações institucionais, em âmbito político, as questões de gênero apareceram no debate público como agendas opostas à noção de família, compondo uma ostensiva que se manteve desde o discurso de posse até as práticas institucionais (Biroli; Tatagiba; Quintela, 2024).

Esse breve caminho pelas políticas institucionais sobre questões de gênero apresenta um ponto importante para o desenvolvimento deste artigo, pois o período do terceiro governo Lula pode ser interpretado como uma possibilidade de mudança institucional com a retomada da agenda política sobre gênero em um espaço exclusivo para circulação de agendas e demandas: o Ministério da Mulher.

### **3 AGENDA SIMBÓLICA NO INSTAGRAM**

Para o enfrentamento de obstáculos perante pautas políticas, a literatura especializada tem demonstrado que o uso de redes sociais pode ser um instrumento cada vez mais utilizado. Conforme Faria (2012), o uso de redes sociais pode servir para repolitizar a representação ao tensionar a independência do representante e suas responsabilidades para com "o público", "o cidadão" ou "o eleitorado".

O uso de redes sociais na política tem como marco a campanha eleitoral de Barack Obama em 2008 (Gomes *et al.*, 2009), seguida das manifestações sociais em diversos países no ano de 2011. No Brasil, esses efeitos ficaram ainda mais evidentes

com as mobilizações de junho de 2013, o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 (Penteado; Guerballi, 2016) e as eleições de Jair Bolsonaro em 2018. Isso não quer dizer que as redes sociais não tivessem mostrado sua importância antes dos eventos supracitados; entretanto, foi nesses momentos que as redes sociais se despontaram como fundamentais para a construção de narrativas e discursos políticos, sobretudo, ao que se refere à expressão de bandeiras ideológicas.

Conforme Penteado; Guerballi (2016) e Penteado; Fortunato (2015), a intersecção entre política e plataformas digitais pode ser resumida em cinco tipos de ações, cujas tipologias são: a) informações políticas; b) governo eletrônico; c) esfera pública; d) ciberativismo; e) comunicação política e f) tecnopolítica.

A primeira forma de ação tem como base o uso de redes para a transmissão e o compartilhamento de informações. A segunda, o governo eletrônico, está presente em perfis de órgãos públicos que, para além da divulgação de informações, tem como objetivo a prestação de serviços e transparência de dados oficiais. O conceito de governo eletrônico permite uma dupla direção para além dos representantes, possibilitando que a sociedade civil interaja e, de certo modo, faça parte dele.

A terceira tipologia pressupõe a existência de uma esfera pública como espaço de interação, deliberação e (des)organização de informação e circulação de propagandas. Nesse sentido, vale ressaltar a fecunda agenda de pesquisa que se debruça em analisar a formação de câmaras de eco (Sunstein, 2001) e bolhas de filtros (Pariser, 2012). Sobre o ciberativismo, cabe mencionar a transformação do usuário em ativista e potencial organizador de atos de protestos. Em comunicação política, a noção de campanha permanente fica evidente ao mesmo tempo que mescla representantes eleitos e fortes candidatos às próximas eleições. Por fim, a categoria tecnopolítica aponta para a influência das modulações algorítmicas e o cerceamento de políticas privadas das plataformas na formatação de conteúdos e interações (Silveira, 2019). O esforço dessa tipologia é válido para elucidar a magnitude das interações e avançar no debate sobre regulamentação. Entretanto, também é patente notar as intersecções entre as mais variadas formas de interações, como a implicação na produção de políticas públicas. Apesar da produção de políticas públicas ser um possível denominador comum dentre as ações políticas tipificadas anteriormente, há ainda uma ampla agenda de

pesquisa a ser explorada que relacione as postagens das redes sociais oficiais dos governos com a produção de uma agenda simbólica.

Por “agenda simbólica”, entende-se um conjunto de ideias oriundas de discursos de representantes de governo, usadas em uma fase que antecede a produção de uma agenda política. Nesse sentido, a agenda simbólica tem como objetivo elucidar questões complexas e muitas vezes conflitantes, que poderão ser aventadas como estratégias em democracias recentes e governos de transição ideológica (Capella; Brasil, 2022). O conceito surgiu a partir dos estudos de Bonafont; Baumgartner; Palau (2015) como uma agenda não exclusiva do presidente e menos formalizada e rotinizada, assim como proposto pela noção de agenda retórica (Cohen, 2012), reiterando a importância do discurso para a produção de políticas públicas. Além disso, entende-se que discursos veiculados em redes sociais acrescentam *status* para além de anunciar prioridades e atenções, como também dinamizar temas sensíveis à sociedade.

Por agenda simbólica, entende-se uma etapa que diverge completamente do conceito de política simbólica, conforme exposto por Leonardo Secchi (2014, p.22) como essa que os *policymakers* até possuem condições de elaborar, mas intimamente não demonstram grande interesse em colocar em prática e, por isso, é vazia de intenções políticas genuínas. Em uma agenda simbólica, pelo contrário, há muito interesse por parte dos *policymakers* de que seus discursos proliferem políticas públicas reais, constando conhecimento adequado para resolução de um problema público. A grande característica de uma agenda simbólica pode estar na complexidade de temáticas diante da dificuldade de construção de consenso com base em conflitos. A partir das condições colocadas, entende-se que o perfil do Ministério das Mulheres no Instagram pode ser usado como espaço, a fim de que a agenda de questões de gênero do terceiro governo petista possa ser testada.

#### **4 METODOLOGIA**

O estudo de caso teve início com a coleta de discursos da ministra Aparecida Gonçalves, publicados na página oficial do Ministério das Mulheres (@min.dasmulheres) ao longo do ano de 2023. Os discursos oficiais se apresentaram em diversos formatos: discursos escritos nas legendas das postagens, discursos escritos e disponibilizados por meio de um arquivo de imagem e discursos orais oriundos de postagens com vídeos e

áudios da ministra Aparecida Gonçalves. Todos esses materiais foram transcritos, reconhecendo as particularidades e os limites dos discursos divulgados no Instagram (o tamanho de 2.2000 caracteres para textos escritos, 15 a 90 segundos para postagens em formato de *reels* e 10 minutos para arquivos de áudios e vídeos).

Após a coleta, foi criado um banco de dados para organização e classificação. Os dados coletados foram (1) os textos transcritos na íntegra, (2) data da postagem, (3) formato do arquivo que armazena o discurso e (4) a natureza do tema predominante no discurso. Para essa última categorização, foi utilizada a codificação dos autores Brasil; Capella (2019), presente na versão atualizada do *codebook* brasileiro<sup>3</sup> (BPAP), baseado no *master codebook Comparative Project Agendas (CAP)*. O material foi desenvolvido para analisar o conteúdo e criar padrões de formulação de políticas a partir de documentos governamentais.

A partir da construção do banco de dados, foi feita a análise da frequência e do conteúdo dos discursos postados. As preocupações com essas categorias estão justificadas na própria literatura sobre formação de agenda, que aponta para a atenção política como um fator essencial para a produção de políticas públicas. Nesse sentido, a análise de conteúdo dos discursos também permite compreender como o governo percebe os problemas sociais e como constrói suas agendas.

Dos 21 macrocódigos (*major topics*) disponíveis no manual para codificação, todos os 86 discursos, coletados para esta pesquisa, trataram de duas políticas setoriais: (2) – Direitos civis, políticos, liberdades e minorias e (12) – Judiciário, Justiça, Crimes e Violência. Esse dado revela que as postagens do perfil do Ministério das Mulheres no Instagram que possuem discurso de Aparecida Gonçalves versam de modo direto e direcionado às questões de gênero, em vez de outros temas adjacentes.

De acordo com a codificação, dentro dos 21 macrocódigos de política setorial, há outras 211 subclassificações. Nessa nova etapa, a presente pesquisa chegou ao seguinte resultado: uma concentração das classificações em cinco temas, sendo os códigos 200 – Geral; 201 – Discriminação por questões étnico-raciais; 202 – Discriminação por gênero ou orientação sexual (misoginia e homofobia); 206 – Direito ao voto, participação e representação política e 1208 – Violência Doméstica.

---

<sup>3</sup> Ver [https://comparativeagendas.s3.amazonaws.com/codebookfiles/CodeManual\\_Junho\\_2019\\_4.pdf](https://comparativeagendas.s3.amazonaws.com/codebookfiles/CodeManual_Junho_2019_4.pdf)

Cada postagem foi transcrita e todo texto gerado foi analisado como um único conteúdo, assimilando a ele apenas um código. Em vista disso, mesmo quando a política se mostrou intersetorial, buscou-se a política setorial substantiva do discurso transcrito e de maior ênfase dada à postagem. Logo, cada postagem analisada gerou uma única codificação.

#### **4.1 ANÁLISE DOS DADOS**

As políticas que tiveram maior frequência foram as classificadas como Geral (código 200), sendo as que, em grande parte, valorizam a estrutura institucional do ministério, as políticas de governo e as parcerias com outros ministérios. Ou seja, a maior frequência foi a de discursos de valorização de aspectos institucionais demarcados pela criação de um ministério específico para as questões de gênero. Nos primeiros meses de gestão, há uma maior frequência de postagens com conteúdo generalistas (200 – Geral), totalizando 36 publicações dessa natureza.

Outros assuntos abordados pela ministra em seus discursos oficiais são o combate à misoginia e a igualdade de gênero, bem como a transversalidade dessas pautas. O Ministério das Mulheres realizou ações conjuntas com outros ministérios, como Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Esporte, Ministério da Justiça e Segurança Pública, além da articulação direta com a sociedade por meio de grupos e coletivos.

A combinação de misoginia, machismo e racismo com o negacionismo climático e científico representa um projeto devastador para as mulheres. É nosso papel inverter essa lógica em prol das diversas mulheres que compõem a sociedade brasileira, negras, brancas, indígenas, LBTQIA+, as do campo, da cidade e das águas (Gonçalves, 2023)<sup>4</sup>.

Ademais, a outra parte de discursos presentes no perfil ministerial no Instagram se concentra nos programas e ações implementados, por exemplo a retomada do programa “Mulher Viver sem Violência” que inclui a construção de 40 Casas da Mulher Brasileira, a implementação do Ligue 180 e a distribuição de 270 Patrulhas Maria da Penha.

---

<sup>4</sup> [https://www.instagram.com/p/Cp3bm5gPP5u/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/Cp3bm5gPP5u/?img_index=1)

Os feminicídios são um problema emergencial no País, e são crimes que podem ser evitados. Isso se nós tivermos tornozeleiras eletrônicas, Patrulha Maria da Penha e outras ações concretas. É muito importante lembrar que esse é um crime antecedido pela violência psicológica, violência moral, o xingamento, que vão deixando as mulheres em lugar de silêncio e abandono. O feminicídio é a última escala dos crimes de violência contra as mulheres. Nós vamos pensar como é que o governo federal, os governos estaduais, os governos municipais podem ajudar, seja com creche, com lavanderia, restaurantes, para que nós possamos fazer com que o peso do trabalho doméstico, do cuidado com crianças, idosos e doentes diminua para essa mulher e isso permita com que ela tenha mais ascensão na carreira (Gonçalves, 2023)<sup>5</sup>.

No entanto, ao longo do ano de 2023, o Ministério das Mulheres realizou algumas tentativas isoladas de aproximação com outras pautas. No início do mandato, a ministra Aparecida se encontrou com representantes da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), de quem recebeu o “Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras”.

A foto desse encontro foi divulgada no Instagram, acompanhada da seguinte fala da ministra: “O ministério é ‘das mulheres’ porque elas são diversas e são plurais. E está à disposição e será parceiro na execução de políticas públicas para pessoas trans e travestis e em combate ao preconceito” (Gonçalves, 2023)<sup>6</sup>. A publicação recebeu muitas críticas e comentários transfóbicos como esses: “Ministérios de machos”; “Cadê as mulheres?”; “E quando será feito algo para as mulheres?” e “Mulheres não são homens de saia e unha pintada. Mulheres n (sic) são homens com número de hormônio baixo, ou sem p3nis. Nos respeite ministra!”. O comentário a seguir faz uma crítica sobre a produção de políticas públicas encabeçada pelo ministério:

Não adianta só dizer que merece atenção, é necessário criar dados estatísticos em primeiro lugar, que políticas públicas baseadas nos dados em seguida. Agora, se mulher é identidade, se qualquer um pode mudar não só de gênero como de sexo (falo de documentação, obviamente nenhum ser humano muda de sexo) e dizer que a mulher ou homem, temo que não seja possível sequer produzir dados estatísticos fiáveis acerca da real condição das pessoas nascidas com o sexo feminino. Fica bem difícil criar políticas públicas eficazes dessa forma. Temerário (Comentário extraído de postagem do Instagram do Ministério das Mulheres, 2023)<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> <https://www.instagram.com/p/CoWAKibglrL/>

<sup>6</sup> [https://www.instagram.com/p/Cn4818yO7G0/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/Cn4818yO7G0/?img_index=1)

<sup>7</sup> [https://www.instagram.com/p/Cn4818yO7G0/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/Cn4818yO7G0/?img_index=1)

O Ministério das Mulheres não se manifestou sobre esses comentários, nem sobre qualquer comentário transfóbico presente nas publicações analisadas. Também não houve nenhuma tentativa de reduzir a desinformação e educar a população sobre identidade de gênero<sup>8</sup>. Entretanto, foi possível notar que após os comentários, o Ministério evitou postagens que associassem pautas e pessoas trans. Outro indicativo da mudança de abordagem pode ser percebido quando a Ministra passou a mostrar oficialmente seu apoio a vereadoras e deputadas cis – vítimas de perseguição e violência política. No dia 10 de fevereiro, em ato que reuniu dezenas de lideranças políticas, realizado pelo Movimento Humaniza Santa Catarina em solidariedade às vereadoras ofendidas, a então ministra se pronunciou da seguinte forma:

Nós estamos aqui para ser solidárias estabelecemos parcerias e estratégias para que nós possamos, de fato, enfrentar o que tem acontecido no Brasil e com as mulheres. Enfrentar a misoginia, enfrentar o ódio, o preconceito e a discriminação. E a política que ainda acha que o papel da mulher é ficar dentro de casa, não é estar no parlamento, não está no executivo, não é estar nos espaços de poder. Vocês não estão sozinhas em Santa Catarina, nós estamos aqui, todo ministério solidário (Gonçalves, 2023)<sup>9</sup>.

As políticas setoriais mais frequentes foram as que versaram sobre a discriminação por gênero ou orientação sexual (misoginia e homofobia). Há 30 postagens dessa natureza e elas também foram frequentes no primeiro semestre da gestão. Diferente das temáticas anteriores, esses discursos são mais específicos, mobilizando informações relacionadas exclusivamente a políticas de promoção de igualdade de gênero e de relações sociais relacionadas a gênero. Além disso, o combate à misoginia foi ganhando espaço institucional nos discursos da ministra. Conforme entrevista para o Jornal Correio Braziliense, Aparecida Gonçalves afirmou à sociedade estar "vivendo um período de misoginia"<sup>10</sup>.

A partir da codificação realizada, as próximas políticas setoriais mais encontradas foram as que trataram de violência doméstica e familiar (10 postagens catalogadas) e as

---

<sup>8</sup> É possível perceber uma profunda desinformação nos comentários presentes no perfil do Instagram do Ministério das Mulheres, há um profundo temor das mulheres cis de ter seus espaços tomados pelas mulheres trans e serem vítimas de mais violência por estas.

<sup>9</sup> <https://www.instagram.com/p/CofZZBXA8Y9/>.

<sup>10</sup> [https://www.instagram.com/p/Cpa5M\\_mv6z/](https://www.instagram.com/p/Cpa5M_mv6z/).

que mencionaram a discriminação de minorias considerando as relações étnico-raciais (9 postagens classificadas). Conforme a tabela abaixo, apenas uma postagem foi categorizada como “representação e participação política”, podendo demonstrar que o Ministério das Mulheres apostou em publicar nas redes sociais temas estratégicos que podem, inclusive, ser considerados mais polêmicos diante da divergência entre atores políticos.

**Tabela 1 – Classificação das políticas setoriais das postagens do Ministério das Mulheres em 2023.**

Codificação das políticas setoriais	F
200: Geral	36
202: Discriminação por gênero ou orientação sexual (misoginia e homofobia)	30
1208: Violência Doméstica	10
201: Discriminação por questões étnico-raciais	9
206: Direito ao voto, participação e representação política	1
<b>Total</b>	<b>86</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024) de acordo com BPAP.

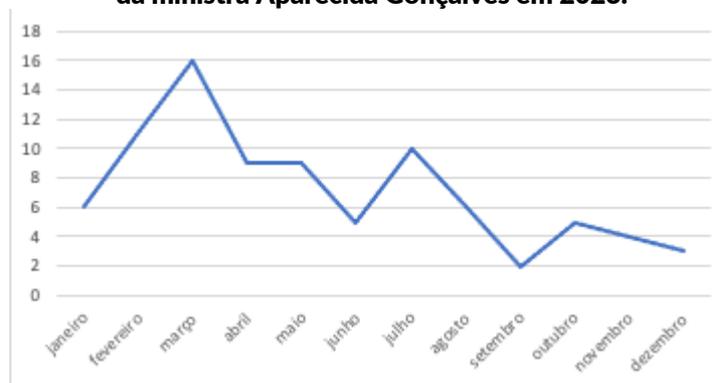
É possível perceber que algumas postagens articuladoras de temas como a "saúde pública livre", "políticas para mães" e "proteção para as meninas" são apresentadas de forma bastante superficial. Um exemplo é a postagem do dia 25 de abril de 2023, em que o discurso da ministra se aproxima de uma crítica à Lei de Alienação Parental, na qual não há um posicionamento explícito do Ministério para sua revogação:

Essa legislação veio muito mais para atrapalhar a implementação da lei Maria da Penha do que para ajudar. Porque agora ela coloca em descrédito a fala da mulher. Acho que esse é o grande desafio. A mulher disse que a criança sofre

violência e exploração sexual, mesmo assim, o juiz encaminha a criança de volta para o pai. Então, tem sido um debate com movimento e que as mães que sofrem com essa violência têm trazido para o cenário nacional. É um debate que o governo e o ministério estão começando a fazer, mas a revogação ou é no STF ou é no congresso nacional porque já é uma legislação. Ela precisa ser vista, ser revista e ser, se for possível, revogada e para ser transformada numa legislação que de fato contribua com a vida e com a luta das mulheres. [...] Ela na verdade, quando as mulheres denunciam a violência na delegacia, imediatamente o agressor vai lá e denuncia que alienação parental que a mulher está fazendo. A mulher vai para violência, para o juizado de violência doméstica familiar e ele vai para violência de família. E o juizado da violência da família, geralmente, tira a guarda. As mulheres ficam com medo de perder a guarda do filho e não fazem a denúncia e, quando fazem, perdem a guarda e entram numa luta constante judicial (Gonçalves, 2023)<sup>11</sup>.

Embora o maior número de postagens tenha acontecido no primeiro semestre de 2023, a diversidade de temas aventados pelo Ministério das Mulheres foi maior no segundo período do ano. Temas como a internacionalização, meio ambiente e direitos garantidos de proteção aos órfãos de feminicídio aparecem nesse período. É também nesse momento que a ministra Aparecida comparece ao Lançamento do Comitê para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção Social dos Povos Indígenas, coordena o lançamento do “Programa Brasil sem Misoginia” e apoia campanhas de conscientização no mês da visibilidade lésbica. Abaixo, é possível visualizar a distribuição das postagens com discursos ao longo do ano:

**Gráfico 1 - Frequência das postagens contendo discursos da ministra Aparecida Gonçalves em 2023.**



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

<sup>11</sup> <https://www.instagram.com/p/Crd2RMvAcQH/>.

É importante considerar o formato em que as postagens foram realizadas no perfil, em sua maioria *reels* (64), em detrimento de imagens (22). *Reels* é uma ferramenta que permite criação de vídeos curtos, rápidos e intuitivos, com maior potencial de engajamento e divulgação de informação, podendo facilitar a introdução de temas divergentes.

Por fim, o estudo de caso de caráter exploratório permite concluir que as postagens no perfil do Ministério das Mulheres no Instagram podem ter servido para compor uma agenda simbólica de temas que não possuem consensos tão evidentes e possíveis. Essa afirmação se justifica (1) com o quantitativo de postagens sobre o espaço institucional, sobretudo, no primeiro semestre de 2023, seguido de (2) uma variabilidade de postagens de temas dispostos nos semestres de 2023, com discursos abrangentes, que não demarcam posicionamento institucional. Corroborar-se para essa conclusão, (3) as reações dos usuários expostas pelos comentários e que exigiram, em grande medida, uma postura do governo. Um indicativo de um projeto político de gênero pode ser atribuído às ações de combate à violência de gênero, ações essas não iniciadas neste governo, mas que ganharam maior visibilidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta deste artigo foi apresentar o uso das redes sociais para produção de uma agenda simbólica de políticas públicas na comunicação do atual governo – mais especificamente, por meio da divulgação que é feita no perfil do Instagram do Ministério das Mulheres. Para isso, foram analisadas todas as postagens realizadas durante o ano de 2023, totalizando 548 publicações. Dessas postagens, foram coletados e transcritos 86 discursos oficiais da ministra. Por meio do banco de dados criado durante a pesquisa, os discursos foram codificados de acordo com a classificação de políticas setoriais do *Brazilian Policy Agendas Project*.

A partir da análise dos dados, conclui-se que as postagens no perfil do Ministério das Mulheres no Instagram podem compor o que a literatura especializada chama de “agenda simbólica”, por se tratar de um momento preliminar da formação de agenda, quando consensos não são evidentes e possíveis. Essa afirmação é possível a partir da classificação e codificação que demonstra as naturezas das políticas setoriais apontando para, pelo menos, três direções: 1) aposta em temas estratégicos e

específicos sobre questões de gênero em detrimento de temas considerados mais tradicionais, como representação; 2) uma maior postagem de políticas que frisam a importância da estrutura institucional do Ministério, a autonomia orçamentária e parcerias interministeriais; 3) uma frequência de postagens maior no primeiro semestre, seguida de uma maior diversidade de temáticas em postagens do segundo semestre.

É importante ressaltar que o presente artigo realizou um estudo de caso a partir de um tema específico, contribuindo com a literatura sobre políticas públicas de gênero ao acrescentar a discussão sobre conteúdos veiculados em redes sociais. Estudos comparados entre páginas ministeriais e um exame detalhado dos temas apresentados poderão elucidar resultados ainda mais densos sobre agenda simbólica.

## REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; QUINTELA, Débora Françolin. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). **Opinião Pública**, v. 30, p. e3013, 2024.

BONAFONT, Laura Chaqués; BAUMGARTNER, Frank R.; PALAU, Anna. **Agenda dynamics in Spain**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

BRASIL. Ministra (2024: Aparecida Gonçalves). **Discurso da Ministra, Cida Gonçalves, na cerimônia de posse**. Brasília, 3 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/discursos-e-pronunciamentos/discurso-da-ministra-das-mulheres-cida-goncalves-durante-a-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 3 jan. 2024.

BRASIL, Lei n. 12.314, de 19 de agosto de 2010. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm). Acesso em 3 jun 2024.

BRASIL, Felipe Goncalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidade nas prioridades em políticas públicas no período de 2003 a 2014. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.L.], v. 24, n. 78, p. 1-22, 2019.

BRAZILIAN POLICY AGENDAS PROJECT. Comparative Agendas Project, 2019. Brasil, F. G. & Capella. A. C. N. **Manual de Codificação**. Disponível em <[https://comparativeagendas.s3.amazonaws.com/codebookfiles/CodeManual\\_Junho\\_2019\\_4.pdf](https://comparativeagendas.s3.amazonaws.com/codebookfiles/CodeManual_Junho_2019_4.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CALDAS, Ana Carolina. Ministério da Mulher terá desafio de reconstruir políticas públicas no pós-Bolsonaro. **Brasil de Fato**, Curitiba, 21 nov 2022. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/21/ministerio-da-mulher-tera-desafio-de-reconstruir-politicas-publicas-no-pos-bolsonaro>

CAMPOS, Carmen Hein de; BERNARDES, Márcia Nina. Gender ideology and the Ministry of Women, Family and Human Rights. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 3, 2022.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Prioridades em políticas públicas: Mensagens ao Congresso Nacional na agenda governamental 1991/2020. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, p. e017, 2022.

COHEN, Jeffrey E. **The presidents legislative policy agenda (1789-2002)** New York: Cambridge University Press, 2012.

CORDEIRO, Douglas Farias; VIEIRA, Larissa Machado; CASSIANO, Kátia Kelvis; SILVA, Núbia Rosa. Análise da interação social sobre Covid-19 no perfil do Ministério da Saúde no Instagram. **Revista Panorama-Revista de Comunicação Social**, v. 10, n. 1, p. 19-24, 2020.

COSTA, Vinícius de Paiva; STASIAK, Daiana; BASILE, Roberto de Castro. Comunicação organizacional na universidade: uma análise do perfil do Instagram da Universidade Federal de Goiás na pandemia Covid-19. In: OLIVEIRA, Rodrigo Cássio; CHRISTINO, Daniel; JÚNIOR, Eliseu Vieira Machado. **Covid-19 e a comunicação**. Goiânia: Cegraf UFG, 2021, p. 431- 451.

FACIROLI; Jéssica; FREGUGLIA, Ricardo da Silva; SIRQUEIRA, Tassio Ferenzini Martins; VIEIRA, Marcel de Toledo. Efeitos das redes sociais nos resultados dos programas governamentais: uma revisão sistemática. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 42, n. 1, p. 222-243, 2022.

FARIA, Cristiano Ferri Soares. **O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o legislativo na elaboração das leis?**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/7867>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FRANCESCHET, Susan. Gendered institutions and women's substantive representation: Female legislators in Argentina and Chile. In: KROOK, Mona Lena; MACKAY, Fiona. **Gender, politics and institutions: Towards a feminist institutionalism**. Palgrave Macmillan, London, p. 58-78, 2011.

GOMES, Wilson; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcizio. " Politics 2.0": a campanha online de Barack Obama em 2008. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, p. 29-43, 2009.

ITUASSU; Arthur; PECORARO, Caroline; CAPONE, Leticia; LEO, Luiz; MANNHEIMER, Vivian. Mídias Digitais, Eleições e Democracia no Brasil: Uma Abordagem Qualitativa

para o Estudo de Percepções de Profissionais de Campanha. **Revista Dados**, v. 66, p. e20210063, 2022.

KINGDON, John Wells. **Agendas, alternatives and public policies**. New York: Longman, 2003.

MATOS, Eurico; DOURADO, Tatiana; MESQUITA, Pedro. @ dilmabr NO IMPEACHMENT: Uma análise das estratégias de comunicação política de Dilma Rousseff no Twitter. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 3, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. The media and political practice. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

OLIVEIRA, D. J. S.; BERMEJO, P. H. de S. Mídias sociais e administração pública: análise do sentimento social perante a atuação do governo federal brasileiro. **Organizações & Sociedade**, [S.L.], v. 24, n. 82, p. 491-508, set. 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9240827>.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro. Zahar, 2012.

PENTEADO, Claudio Camargo; FORTUNATO, Ivan. Médias et politiques publiques: des possibles domaines de recherche. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, p. 129-141, 2015.

PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; GUERBALI, João Guilherme. As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 19, 2016.

RIBAS, Maria Fernanda. Mecanismos institucionais para o avanço da mulher. In: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. **Beijing + 20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215\\_tema\\_h\\_mecanismos\\_institucionais\\_para\\_o\\_avanco\\_da\\_mulher.pdf](https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_h_mecanismos_institucionais_para_o_avanco_da_mulher.pdf). Acesso em: 12 jan. 2024.

SEABRA, Catia; VARGAS, Mateus. Governo Lula quer turbinar suas redes sociais e planeja R\$ 200 mi extras em 2024. **Jornal A Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 ago. 2023. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/08/governo-lula-quer-turbinar-suas-redes-sociais-e-planeja-r-200-mi-extras-em-2024.shtml>. Acesso em 11 nov. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, 2ª ED. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. **Sociedade e Algoritmos**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

STETSON, Dorothy McBride; MAZUR, Amy. **Comparative state feminism**. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 254-271, 1995.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 01, p. 27-49, abr. 1996. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24781996000100004&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781996000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 12 jan. 2024.

SUNSTEIN, Cass. **Echo Chambers**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

TOKARSKI, Carolina Pereira; ANDRADE, Krislane Matias; PINHEIRO, Luana Simões; CORREA, Ranna Mirthes Sousa. **De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11863/2/TD\\_2866\\_Sumex.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11863/2/TD_2866_Sumex.pdf).

VIDAL, Delcia de Mattos; SOUZA, Danielle Siqueira. Mulheres no espaço político. **Inmediaciones de La Comunicación**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 23-49, 17 ago. 2022. Universidad ORT Uruguay.